

## APRESENTAÇÃO

Na primavera de 2015 surge a 25ª edição do periódico científico Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas. As contribuições são oriundas de diversos lugares do país, garantindo a comunicação das pesquisas nos melhores graus de exogenia exigidos pelo Qualis Capes.

O periódico, já consagrado como o terceiro mais citado em teses de doutorado no país, disponibiliza um total de onze artigos que tocam temas diversos, como corrupção, coisa julgada, criminalização das condutas relativas à prostituição, cotas universitárias, solução de controvérsias na União Europeia, desobediência civil, lei de anistia, serviços públicos, cooperação internacional e direito internacional humanitário, entre outros.

A edição conta com a contribuição de Ricardo Andrade Saadi e Diogo de Oliveira Machado, que refletem sobre o gerenciamento de bens apreendidos em processos que apuram corrupção. De acordo com os autores, os desafios estão relacionados a “pensar soluções criativas e inovadoras para alcançar os melhores resultados no enfrentamento à corrupção”.

Ainda com esforços duplos, Anizio Pires Gavião Filho e Cristina Stringari Pasqual debatem “Coisa julgada, segurança jurídica e ponderação”, no qual é possível perceber a relativização dos princípios aplicados mediante o critério da ponderação.

Por outro viés, Margarida Maria Lacombe Camargo e Henrique Cunha Rangel utilizam-se do método comparativo para explorar “A constitucionalidade do sistema de cotas universitárias: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos”. Nesse mote, por meio da comparação os autores apontam o substrato teórico que orienta as práticas das Cortes em análise.

Camila Dabrowski de Araújo Mendonça e Chiara Antonia Sofia Mafrica Biazi analisam o procedimento por incumprimento e a sua importância enquanto instrumento de aplicação uniforme e de respeito das obrigações comunitárias por parte dos Estados da União Europeia.

De outra banda, Andréa Regina de Moraes Benedetti e Marta Botti Capellari trazem à discussão a legitimidade democrática da lei de anistia por meio do pensamento de Jünger Habermas.

Ainda de acordo com o pensador suprarreferido, Viviane Teixeira Dotto Coitinho e Jair Pereira Coitinho refletem sobre a garantia política dos serviços públicos. De acordo com os autores, para a efetivação da democracia é essencial que as decisões públicas sejam tomadas a partir de premissas realmente transformadoras da realidade social atual, e o elemento de justificação para tanto são os serviços públicos.

O direito humano ao desenvolvimento é analisado na perspectiva da cooperação internacional por Sinara Camera e José Luis Bolzan de Moraes. Os autores analisam a cooperação e a solidariedade internacionais em um contexto de compartilhamento das responsabilidades pelos Estados e pela comunidade internacional, diante do dever de cooperação e das dinâmicas da solidariedade global entre Estados cooperativos e cooperados.

Em “A garantia do acesso à justiça no direito internacional dos direitos humanos”, Luis Renato Vedovato afirma ser o acesso à justiça uma garantia fundamental reconhecida por tratados internacionais e por políticas desenvolvidas pela ONU. Ademais, Graziela Tavares de Souza Reis contribui com artigo que analisa a solução da fragmentação do direito internacional para os conflitos armados.

Por sua vez, André Leonardo Copetti Santos, Douglas Cesar Lucas e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth discutem os limites do poder penal do Estado, analisando a inconstitucionalidade da redução da maioria penal. Por fim, Andreia Cadore Tolfo, João Batista Monteiro Camargo e Fabiane da Silva Prestes verificam as limitações na soberania do Estado decorrentes da aceitação de tratados internacionais que dispõem sobre direitos humanos.

Assim, a mais recente edição do periódico é oferecida por seus editores com pluralidade de temas e enfoques e com o desejo de uma excelente leitura.

Os editores